



ATA Nº. 2/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06/12/2023

---Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três pelas quinze horas, no Auditório da Biblioteca Municipal, em Castro Marim, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2023;-----
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2024;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2024;-----
5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024;-----
6. Apreciação e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da nomeação do auditor externo;-----
7. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano de 2023.-----

---Apresentando cumprimentos a todos, o Presidente da Assembleia informou que esta sessão está a ser transmitida on-line nas redes sociais da AMAL, ficando ainda



disponível na plataforma youtube. Disse que a sessão está a ser realizada no concelho de Castro Marim, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que já percorreu vários municípios do Algarve e que tem como objetivo desenvolver uma política de proximidade, levando a Assembleia Intermunicipal do Algarve ao encontro dos cidadãos algarvios, estimulando a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu aos senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Castro Marim, Francisco Amaral e João Alfredo Fernandes Teixeira, pela forma calorosa como acolheram a realização desta sessão no seu município, assim como a todos os trabalhadores envolvidos na organização. Recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não prejudicar o funcionamento desta sessão e informou não ser permitido o registo de som ou imagem, sem autorização prévia da Mesa, exceto aos órgãos de comunicação social.-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e na ausência da Secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz, o Presidente da Assembleia convidou o senhor João Alfredo Fernandes Teixeira.-----

---Seguidamente o Vice-Presidente da Mesa procedeu à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes membros:-----

---Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Carlos Manuel Brito Mendes (MIPA), Carla Alexandra Sousa Bentes Vieira (PS) em substituição de Leonardo Manuel Teixeira do Paço (Independente), António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Paulo Sérgio Baptista (PAN) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Mílvia Filipa Pires Campos Gonçalves (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), João Carlos Dias dos Santos (PSD), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Barbara Maria do Amaral Correia (PSD) em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo



Alexandre Duarte Rosa (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Helder Nuno Silda do Carmo (PS), António José Andrade (PSD) em substituição de Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica (PS), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD), João Varela dos Santos (CDU), em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), José Pedro da Silva Soares (PSD), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Muriel Cristina Dias Neto (PSD), Maria Manuela Ramos (PS) em substituição de José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Jovita Ladeira (PS) em substituição de Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltou o seguinte membro sem apresentar justificação: João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD).-----

---Os seguintes membros, faltaram mas apresentaram justificações de faltas: Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Zita Maria Duarte Glória (Renascer), Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), António Manuel Dias Mendonça (CDU), Bruno Chicharo Pereira (CDU), José Manuel Figueiredo Santos (PS), Armindo Paulo Leal Vicente (PS), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS) e Anabela da Conceição Lança Marques (PSD) Marina de Carvalho Costa Esteves (PS), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD).-----

---Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão.-----

---O membro da Assembleia, João Alfredo Fernandes Teixeira, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Castro Marim, deu as boas vindas a todos os presentes.-----

---Antes de passar à discussão da ordem de trabalhos, o Presidente informou que se encontravam presentes na sala três novos membros para tomarem posse, Carlos Manuel Brito Mendes, do Movimento Independente por Albufeira (MIPA), indicado pela Assembleia Municipal de Albufeira, João Gabriel Calabreta Martins, do Partido Socialista (PS), indicado pela Assembleia Municipal de Olhão e Mílvia Filipa Pires Campos Gonçalves do Partido Social Democrata (PSD), indicado pela Assembleia Municipal de Lagos, por renúncia ao mandato dos membros Carlos Emanuel Rafael



Vieira, Rui Augusto Martins Cardoso e Rui Filipe Machado de Araújo, respectivamente.-----

---Aproveitando a oportunidade, esclareceu que tem-se verificado a adoção de diferentes critérios pelas Assembleias Municipais do Algarve aquando da eleição dos seus membros para a Assembleia Intermunicipal, o que tem suscitado algumas dúvidas quanto às substituições dos membros efectivos, por ausências inferiores a 30 dias. Na tentativa de uniformizar o procedimento de substituição, a Mesa decidiu adotar o mesmo critério que no preenchimento de vagas, ou seja, proceder à substituição do membro efetivo ausente pelo membro a seguir na lista do partido ou movimento pelo qual o membro efetivo foi eleito para a AI, na respetiva Assembleia Municipal, e não pelo suplente indicado, caso este não seja do mesmo partido ou movimento do membro efetivo ausente, por forma a assegurar os princípios da proporcionalidade e da representatividade. Explicou, em detalhe, toda a fundamentação jurídica que esteve subjacente a esta decisão, nomeadamente o artigo 104º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, que não prevê a situação de faltas nem o procedimento para a substituição dos membros efetivos das Assembleias Intermunicipais; os artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências bem como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, aplicável às entidades intermunicipais, e até o próprio Regimento da Assembleia. Sobre este último, referiu que o seu artigo 10º, nº 2, remete para o artigo 12º, artigo que regula as faltas e não o preenchimento de vagas. O artigo que prevê o preenchimento de vagas, por ausência inferior a 30 dias ou por renúncia, é o artigo 11º do Regimento. Trata-se, portanto, de um erro material de escrita, pois o artigo 10º quando remeteu para o artigo 12º pretendia remeter para o artigo 11º do Regimento. A assim não se entender, teríamos que o Regimento é omissivo quanto ao preenchimento de vagas, pelo que teria de proceder-se à integração da lacuna. -----

---Após estes esclarecimentos e verificada a legitimidade dos membros, procedeu-se à tomada de posse dos membros supra identificados.-----



---Pedindo a palavra o membro Gilberto Viegas discordou dos critérios e dos princípios que levaram a mesa a tomar esta decisão, salientando que ela é irregular e está a sobrepor-se às competências que são da exclusiva responsabilidade das Assembleias Municipais. Exemplificando, mencionou o caso concreto da Assembleia Municipal de Vila do Bispo, pela qual foi eleito, que tendo sido votado e apurado, através do método de hondt, dois membros efetivos e dois suplentes para esta Assembleia, e comunicados à AMAL na altura, quando um dos efectivos falte ou solicite a sua renúncia de mandato, quem o substituirá será sempre o membro suplente indicado, mesmo que não seja do mesmo partido e se corra o risco de não vir a não ter representatividade nessa sessão. E justificando disse que, foi eleito pelo seu partido para a Assembleia Municipal de Vila do Bispo, mas para a Assembleia Intermunicipal, foi eleito pela Assembleia Municipal, entendendo por isso que, convocar-se o elemento a seguir na lista de determinado partido, para vir substituir um seu membro efectivo na AI, à semelhança do que se faz nos órgãos autárquicos, não está correto porque pode não tem legitimidade para o efeito, sob pena, se esse membro vier a participar nalguma deliberação, ela poder vir a ser impugnada e nula. Assim, discordando totalmente com este procedimento, opinou que se, se verificou informação e procedimentos incorrectos por parte de algumas Assembleias Municipais aquando da sua eleição para a AI e há a necessidade de proceder a algumas rectificações, elas deverão ser comunicadas às respectivas Assembleias para procederem em conformidade, se o entenderem. Informou ainda que irá dar conhecimento desta decisão à Assembleia Municipal de Vila do Bispo, para que possa ser tomada uma decisão sobre ela.-----

---Em resposta o Presidente da Mesa disse não partilhar desse entendimento, não existindo qualquer ilegalidade na decisão da Mesa. Contudo, informou que o assunto não está fechado e manifestou-se disponível para analisar a questão suscitada numa reunião de Conferência de Representantes dos Grupos Intermunicipais e até solicitar parecer jurídico à CCDR Algarve.-----

---Ainda sobre este assunto, a senhora Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira questionou a bancada do PSD se iria impugnar as deliberações tomadas nesse dia na Assembleia, face à decisão tomada pela Mesa sobre as substituições. O Membro Gilberto de Sousa referiu que a sua preocupação não diz respeito às impugnações das deliberações, o que pretende é alertar para essa possibilidade, se alguns dos membros presentes nas votações, não tiverem legitimidade para o fazer.-----



I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1.- Aprovação da ata da sessão anterior: Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade, dos membros presentes, naquela sessão.-----

2.- Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional:-----

---Moção apresentada pela bancada do PSD titulada “ Parque Natural Marinho do Recife do Algarve-Pedra do Valado, por um Programa de Compensações e Medidas de Apoio aos Pescadores”, documento número um apenso à ata. O senhor João Carlos Dias dos Santos leu a moção em voz alta, tecendo de seguida algumas considerações sobre as medidas de apoio aos pescadores que, se forem tomadas as medidas anunciadas, serão impedidos de pescar naquela zona, que até ao momento é a mais rentável para os pescadores algarvios.-----

---O membro da Assembleia, senhora Ana Sofia Belchior disse não concordar com a proposta realizada pelo PSD na moção, justificando que o processo não está fechado e estão a decorrer reuniões com as associações dos pescadores, no sentido de chegar a acordo sobre as medidas a tomar e por isso não faz sentido estar-se a levantar um alarme social sem razão de ser; por outro, também recordou que quem iniciou este processo foi o Governo do PSD com Cavaco Silva. Também o membro Carlos Silva Gomes interveio dizendo que o PS não está contra os pescadores, considerando extemporânea qualquer posição, uma vez que se desconhece ainda as medidas que irão ser tomadas. -----

---Em contraposição, os senhores João Carlos Dias e Carlos Quintino reforçaram a necessidade de se fazer ouvir os pescadores algarvios e lutar junto do Governo para que sejam tomadas medidas de apoio e compensação aos mesmos.-----

---Terminada a discussão, a moção foi colocada à votação, tendo sido rejeitada por maioria com 22 votos contra, 19 votos a favor e 5 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 22 votos contra; PSD – 17 votos a favor; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor; INDEPENDENTE – 1 abstenção e do PAN – 1 abstenção.-----

---O senhor João Carlos Dias solicitou que constasse em ata a seguinte declaração de voto...” No nº 3 da moção, trata-se da discussão de um plano para o programa de compensações e medidas de apoio e não se trata da implementação de um plano.”-----



---A bancada da CDU apresentou uma declaração, documento numero dois, apenso à ata.-----

---Moção, apresentada pela bancada do PSD, intitulada “ Pela melhoria da qualidade da recolha dos resíduos recicláveis no Algarve”, documento número três, apenso à ata. O senhor Carlos Quintino apresentou a referida moção.-----

---O senhor Carlos da Silva Gomes disse concordar com o teor desta moção, referindo que a Algar vem prestando péssimos serviços aos Municípios e ao Algarve em geral. Por entender que a gestão dos resíduos deveria passar para o domínio público, propôs ao PSD a introdução nesta moção, de um quarto ponto, antes do último, com o seguinte texto, “ Recomendar que a AMAL inicie um estudo com vista ao regresso ao controle público da Algar.” -----

---O senhor Paulo Batista concordou também com o teor da moção, frisando que Portugal está muito longe de cumprir as metas delineadas pela Comunidade Europeia, no que respeita à reciclagem dos vários resíduos e que nesse sentido iria votar a favor desta moção, com a alteração sugerida pelo PS.-----

---Intervindo o senhor Carlos Quintino disse que a bancada do PSD aceita a alteração à moção sugerida pelo PS.-----

---Partilhou da mesma opinião o senhor Pedro Mota, referindo que em Portimão, o mau serviço da Algar é bem evidente, na recolha do lixo e sua reciclagem, não só na parte mais turística como na periferia. Concorda com a proposta de alteração apresentada pela bancada do PS e informou que irá votar a favor da moção. -----

---O membro, senhor José Manuel da Glória de Oliveira disse que a bancada da CDU irá abster-se por entenderem que o problema é mais grave do que está exposto nesta moção, que esta situação já se arrasta há imensos anos e tem causado enormes prejuízos para a região. E acrescentou que, no Concelho de Lagos, a Câmara Municipal até já tinha recorrido à contratualização dos serviços de uma empresa, para proceder à recolha dos lixos e de outros resíduos, da responsabilidade da Algar.-----

---A senhora Marta Caetano informou que esta questão é antiga, sem resolução à vista e lembrou que os Municípios do Algarve têm quarenta e quatro por cento do capital social da Algar e no Conselho de Administração também tem um representante.-----

---O Senhor Carlos Quintino solicitou esclarecimentos ao Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal presente na sessão, sobre a posição que a AMAL tem assumido em relação a este assunto.-----



---Em resposta e na ausência do Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, o Vice-Presidente, senhor Osvaldo Gonçalves, informou que todos os Municípios estão de acordo quanto ao mau serviço que é prestado pela Algar. Disse que têm sido efectuados todos os esforços junto da actual Administração, a EGF,SA (Empresa Geral do Fomento), no sentido de melhorar esta situação, mas verifica-se que tudo continua na mesma. Quanto à representatividade dos Municípios naquela empresa, informou que ter quarenta e quatro por cento do capital da empresa não é o mesmo que ter cinquenta e um por cento. -----

---Intervindo o Primeiro Secretário da AMAL, a pedido do Vice-Presidente, informou que esta preocupação é transversal aos 16 Presidentes de Câmara do Algarve e que na tentativa de resolver a situação, a AMAL já elaborou um estudo sobre a retoma da gestão da Algar ao sector público, que já foi apresentado ao Governo e tanto quanto tem conhecimento, o grupo EGF não está muito interessada na proposta apresentada e nem o próprio Governo está muito receptivo ao ter que pagar a compensação financeira à empresa, para reverter a privatização.-----

---Face ao exposto, o senhor José Manuel da Glória de Oliveira apresentou à mesa um requerimento verbal, no sentido de ser enviado à Assembleia Intermunicipal o estudo referido pelo Primeiro Secretário. Aceite o mesmo, o Presidente da Mesa colocou-o à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---Terminada a discussão, o Presidente da Mesa colocou à votação a moção apresentada pela bancada do PSD, com o aditamento apresentado pela bancada do PS. Feita a votação a moção foi aprovada por maioria com 44 votos a favor e 2 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 22 votos a favor; PSD – 17 votos a favor; CDU – 2 abstenções; BE – 1 vota a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor; INDEPENDENTE – 1 voto a favor e do PAN – 1 voto a favor.-----

---A bancada da CDU apresentou uma declaração de voto, documento número quatro, apenso à ata.-----

---Proposta de recomendação apresentada pela bancada do PSD titulada “ Seca no Algarve, Pressão e Soluções”, documento número cinco, apenso à ata. A senhora Barbara Amaral Correia leu em voz alta, a referida proposta.-----

---O senhor Paulo Batista fez alguns considerandos sobre a falta de água no Algarve, chamando a atenção para a necessidade de serem tomadas medidas mais estruturais e mais definitivas no que se refere ao crescimento da região, que em seu entender



não passam só pela redução nem perdas de água, mas que tem a ver com o desafio da emergência climática que nos deparamos e a necessidade urgente da mudança de paradigma, nomeadamente na passagem do eco da economia para o eco da ecologia, concluindo que sem esta ultima, não haverá a primeira.-----

---A senhora Cláudia da Luz pretendeu saber qual o ponto da situação do processo das perdas de água nos centros urbanos e da Central de dessalinização.-----

---O senhor Carlos da Silva Gomes concordou com o teor da proposta, à exceção das alíneas a) e b), que de imediato propôs ao PSD que as retirasse do referido documento ou em alternativa fosse feita a votação separada das várias alíneas. O PSD não aceitou a referida alteração e comentou que não o irá fazer, sob pena de desvirtuar o sentido da recomendação.-----

---O senhor Vítor Sobral disse que tratando-se de uma recomendação, não há lugar à sua votação.-----

---O Presidente da Mesa informou que não se trata de uma recomendação, mas antes de uma proposta de recomendação e nesse sentido terá que ser votada.-----

---A Senhora Isabel Guerreiro, na qualidade de deputada na Assembleia da República, comentou que irá votar contra esta recomendação por que nela é omissa quanto ao Plano de Eficiência Hídrica, aprovado em 2020, no valor de 200 milhões de euros, estando já em execução e por outro lado não aponta quaisquer soluções e medidas para o futuro.-----

---Prestando os esclarecimentos solicitados o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, senhor Osvaldo Gonçalves informou que o Plano de Eficiência Hídrica, aprovado no valor de 35 milhões de euros, está em execução, já com uma nova reprogramação de mais de 5 milhões; a Central de dessalinização encontra-se no período de consulta pública e é da responsabilidade das empresa Aguas do Algarve e que a eventual construção da barragem da Foupana já teve sinais de anuência por parte do Governo.-----

---O senhor Carlos da Silva Gomes disse que, tendo em conta a importância do assunto, a bancada do PS irá retirar a sua proposta e irá votar a favor desta proposta de recomendação, declarando antecipadamente que o Conselho Intermunicipal fez e continua a fazer o que está mencionado nas alíneas a) e b).-----

---Passando-se à votação da proposta de recomendação, a mesma foi aprovada por maioria com 39 votos a favor, 3 votos contra e 4 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a



favor, 2 votos contra e 1 abstenção; PSD – 17 votos a favor; CDU – 2 abstenções; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor; INDEPENDENTE – 1 abstenção e do PAN – 1 voto contra.-----

---As bancadas da CDU e do PAN apresentaram declarações de voto, documentos seis e sete, respectivamente, apensos à ata.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1.- Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve: O Presidente da Mesa dispensou a apresentação, por parte do Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, deste ponto, uma vez que foi distribuído a todos, atempadamente, um relatório da actividade desenvolvida pela AMAL, encontrando-se o mesmo disponível para eventuais esclarecimentos.-----

---A senhora Graça Pereira fazendo um breve historial sobre a aquisição e restante problemática que envolveu a operacionalização dos 30 ventiladores, adquiridos pela AMAL, pelo valor de um milhão, trezentos e oitenta mil euros, no início da pandemia do covid-19, que nunca foram utilizados, pretendeu saber se era do conhecimento do Vice-Presidente da AMAL que os mesmos estão armazenados, numa sala, no Centro Hospitalar Universitário do Algarve e porque não estão a ser utilizados.-----

---Em resposta e confirmando o processo problemático que envolveu os ventiladores, o Vice-Presidente disse que essa verba foi despendida pelos dezasseis Municípios do Algarve e que neste momento não tem informação sobre a não utilização dos mesmos. Prometeu ir averiguar a situação e prestar, logo que possível, essa informação a todos os membros da Assembleia.-----

O Primeiro Secretário acrescentou que este processo, embora tenha envolvido os dezasseis presidentes de Câmara, não passou pela AMAL.-----

---O senhor José Manuel da Gloria de Oliveira, fez alguns reparos sobre a apresentação dos documentos a esta Assembleia e outros procedimentos administrativos nomeadamente: os documentos que são remetidos pelo Conselho Intermunicipal não são remetidos com ofício e informação sobre as votações que recaíram sobre os mesmos; não se faz referência nesta Assembleia à correspondência recebida e expedida; o documento que foi enviado sobre este ponto, que diz ser uma informação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, é um relatório assinado pelo senhor Primeiro-Secretário e no que se refere à aprovação ou

deliberação dos documentos, que seja observado o que estabelece o artigo 22 do regimento, à semelhança das Assembleias Municipais.-----

---O Presidente da Mesa disse ter registado estas observações.-----

Sobre este ponto não houve quaisquer intervenções.-----

2.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2023: A pedido do Vice-Presidente, o Primeiro-Secretário esclareceu que esta Revisão destina-se exclusivamente a inscrever rubricas, com a finalidade de arrecadar receita. Não havendo quaisquer intervenções, o Presidente colocou à votação a 2ª Revisão ao Orçamento do ano 2023, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 20 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 17 votos a favor; PSD – 16 abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor e do PAN – 1 voto a favor. Os restantes membros saíram da sala.-----

O Presidente da Mesa chamou, uma vez mais, à atenção dos membros para não abandonarem a sala durante as votações ou no período que imediatamente o antecede, sob pena da Assembleia ficar sem quórum e não se poder prosseguir os trabalhos.-----

3.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2024: A pedido do Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro-Secretário fez a apresentação do Plano de Recrutamento e prestou os esclarecimentos solicitados.-----

---Passando-se de imediato à votação, o referido Plano foi aprovado por maioria com 21 votos a favor e 15 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 17 votos a favor; PSD – 14 abstenções; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor e do PAN – 1 abstenção. Os restantes membros saíram da sala.-----

4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2024: A pedido do Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro-Secretário fez a apresentação do Mapa de Pessoal e prestou os esclarecimentos solicitados.-----

---Passando-se de imediato à votação, o referido Mapa de Pessoal foi aprovado por maioria com 20 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças

políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 17 votos a favor; PSD – 16 abstenções; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor e do PAN – 1 abstenção.-----

5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024:

A pedido do Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro-Secretário fez a apresentação dos documentos atrás mencionados destacando entre as várias actividades a levar a efeito, o Plano de Desenvolvimento Social que será feita a sua apresentação pública em breve e que visa colmatar as graves deficiências sociais que afeta o Algarve e a discussão pública do modelo da nova concessão dos transportes, para a região.-----

---Pedindo a palavra, o senhor José Manuel da Glória de Oliveira solicitou o envio do Plano atrás mencionado a todos os membros desta Assembleia e sugeriu a realização de uma Assembleia Extraordinária para a discussão pública do modelo para a nova concessão dos transportes públicos, para o Algarve.-----

---O Vice-Presidente da AMAL esclareceu que após a apresentação pública, o Plano de Desenvolvimento Social ficará disponível, no site da AMAL.-----

---Passando-se de imediato à votação, as Grandes Opções do Plano e Orçamento foram aprovados por maioria com 19 votos a favor e 20 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 17 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor e do PAN – 1 voto a favor. -----

---A bancada do PAN apresentou uma declaração de voto, que se encontra no documento número seis, em anexo a esta ata. Está em conjunto com a declaração apresentada sobre a proposta de recomendação do PSD sobre a seca.-----

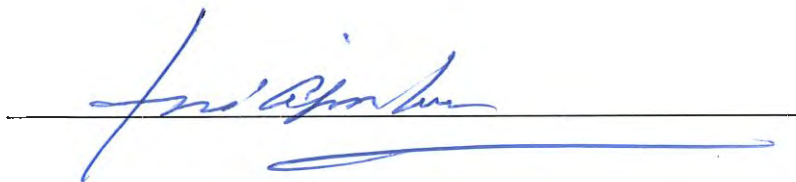
6. Apreciação e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da nomeação do auditor externo:

À semelhança dos pontos anteriores, o Primeiro-Secretário fez a apresentação deste ponto e prestou os esclarecimentos solicitados, passando de imediato o assunto à votação. Feita a votação a proposta da nomeação do auditor externo foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor e 2 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 16 votos a favor; PSD – 17 a favor; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 abstenção e do PAN – 1 abstenção.-----

7. Informação sobre os compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida para o ano de 2023: O Primeiro-Secretário, a pedido do Vice-Presidente, fez a apresentação deste ponto. Não houve quaisquer intervenções, a Assembleia tomou conhecimento. -----

---Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





Moção

Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, por um Programa de Compensações e Medidas de Apoio aos Pescadores

O processo para a criação da AMPIC - Área Marítima Protegida de Interesse Comunitário, na Baía de Armação de Pêra, teve oficialmente o seu início no dia 28 de novembro de 2018, com a primeira reunião de apresentação do projeto, tendo-se assistido à sua aprovação por Conselho de Ministros, no passado dia 23 de novembro de 2023.

Serve de enquadramento, perceber que ao longo do processo, o CCMAR – Centro de Ciência do Mar da Universidade do Algarve, em colaboração com a Fundação Oceano Azul e 80 entidades dos mais diversos sectores, desenvolveram um conjunto de reuniões de trabalho, abrangentes com o objetivo de efetivar a criação desta área protegida.

Defender, divulgar e promover o Património Natural Marinho, é na ótica do PSD Algarve, um reflexo civilizacional de evolução face ao papel do Homem na Terra e neste caso no Mar, sendo totalmente favorável à criação do Parque Natural do Recife do Algarve - Pedra do Valado.

No entanto, com o decorrer das reuniões, as associações de pescadores começaram a perceber que a sua intervenção era inconsequente e que a co-gestão dos recursos marinhos presentes naquela zona de pesca estariam interditos aos mesmos e tratando-se de um grande pesqueiro para embarcações de Portos como Portimão, Quarteira e Olhão, decidiram soar os alarmes.

Neste seguimento e perante o desamparo dos Homens do Mar, o PSD Algarve, por via dos seus deputados na Assembleia da República, tomou

diligências para a realização de Audições Públicas, tendo lugar a primeira no dia 4 de março de 2021, a fim de se perceber qual a extensão da problemática apresentada pelos pescadores.

Concluiu-se que o processo apresentava algumas lacunas, nomeadamente, respeitantes ao acautelar de medidas compensatórias adequadas à transição dos pescadores para outras áreas de pesca. Pois, alterar o complexo equilíbrio do Sistema da Pesca nesta área, vai levar a que estas embarcações, agora proibidas de operar nesta zona, sobrecarreguem outras zonas adjacentes onde pescam as embarcações com menor alcance.

O PSD Algarve, acredita que o Estado Português, deverá fomentar um clima de equidade e justiça nesta matéria e acima de tudo, deve honrar as suas obrigações para com os pescadores. Para esse efeito, os deputados intermunicipais da bancada do PSD Algarve exortam a Assembleia da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, a tomar acção e propõe os seguintes pontos:

- 1- A realização de uma Reunião de emergência do Conselho Intermunicipal, com o objectivo de aflorar junto das Associações de Pescadores e Organizações de Produtores que representam o sector, quais as principais dificuldades;
- 2- A concretização de uma demonstração de apoio pública para a comunicação social, da parte de todos os membros do Conselho Intermunicipal;
- 3- Discussão de um plano para um Programa de Compensações e Medidas de Apoio, em contexto pontual ou de longa duração para quem for difícil ou inviável alterar o modo de vida, apoios à transição energética e melhoramento de embarcações, a fundo perdido, cessação de embarcações antigas e obsoletas, que deverá ser apresentado à tutela.

Pelos Deputados Intermunicipais do Algarve eleitos pelo PSD
O Líder da Bancada

Assinado por: CARLOS SÉRGIO FREIRE QUINTINO
Num. de Identificação: 10093396
Data: 2023.12.04 12:11:11+00'00'



Sessão da Assembleia InterMunicipal do Algarve de 06/12/2023 em Castro Marim

Moção - “Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do valado”

Declaração de Voto

Na apreciação desta recomendação, apresentada pelo PSD, consideramos que a parte deliberativa necessitava de um conjunto mais alargado de objectivos em relação ao Parque Natural Marinho do Recife- Pedra do Valado, nomeadamente:

A Baía de Armação de Pêra beneficia de um ecossistema com condições extraordinárias, donde se destaca o maior recife rochoso costeiro a baixa profundidade de Portugal. Nesse sentido, a Universidade do Algarve tem desenvolvido estudos que permitem ter um conhecimento técnico e científico do recife da Baía de Armação de Pêra, qualificando-o como uma das áreas com maior biodiversidade e produtividade da Costa Algarvia. É, pois, com base no trabalho e conhecimento produzido pela Universidade do Algarve que resulta o projeto de criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC).

O processo de criação da Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário na região do Algarve, ao largo dos municípios de Silves, Albufeira e Lagoa, decorre há já alguns anos.

Segundo a DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são *“espaços marinhos integralmente delimitados em águas oceânicas, com o propósito de reforçar a conservação da natureza e da biodiversidade marinha. São dotadas de legislação específica e dos meios necessários para cumprir o seu objetivo. Criadas para salvaguardar espécies e ecossistemas, contribuem para uma utilização sustentável dos recursos naturais associados ao Mar”*.

No caso da Área Marinha Protegida com incidência na Baía de Armação de Pêra, trata-se da primeira em Portugal de interesse comunitário. Ou seja, esta iniciativa, para além de querer aumentar a proteção de um ecossistema fundamental para a região, associado aos recifes rochosos que proporcionam áreas de reprodução, maternidade, viveiro, abrigo e alimentação de várias espécies, algumas delas ameaçadas, procura, ao mesmo tempo, que se proteja e valorize a própria atividade económica, particularmente das populações locais, no que é uma condição essencial de uma correta política ecológica e de interesse comunitário.

Nas Audições realizadas na Assembleia da República ficou patente o carácter participativo do processo, com um vasto conjunto de opiniões e contributos, e um leque profundamente representativo de comunidades locais e organizações envolvidas.

É agora fundamental que o Governo atenda, de forma equilibrada, às propostas apresentadas, nomeadamente, quanto à conservação eficaz dos valores naturais existentes, particularmente dos

mais sensíveis e ameaçados, à valorização da Pesca Sustentável como é o caso da pesca local, que deverá ser promovida e não prejudicada, ao desenvolvimento de atividades recreativas sustentáveis, bem como a promoção de actividades educativas e culturais relacionadas com o oceano. Para tal importa que se defina uma área de proibição total de atividades humanas (pesca, recreio ou turismo), assim como a definição de áreas com limitações à atividade humana (pesca, recreio ou turismo), com particular interesse a identificação de uma área exclusiva para a Pesca Local e Costeira. É muito relevante que se desenvolvam mecanismos de fiscalização e de monitorização efetiva do cumprimento das medidas de proteção, que não onerem as atividades económicas desenvolvidas na região, aplicadas a todas as vertentes do processo - pesca, recreio, turismo - e que contem com a participação do conjunto das organizações representativas de trabalhadores, produtores e utilizadores. A prioridade deverá ser a da modernização e requalificação da frota e não o seu abate, sendo igualmente necessário que se proceda à modernização e requalificação de eventual atividade dos mariscadores e viveiristas da Região, assim como a requalificação das infraestruturas de apoio às actividades piscatórias e a simplificação dos processos e melhoria das condições de vendagem.

A situação exposta justifica a necessidade de se promover a criação da Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário, exigindo do Governo que:

1. Determine os apoios necessários à frota de pesca local e costeira, assegurando a sua modernização e requalificação e evitando o abate de embarcações;
2. Crie linhas de apoio específicas para promover a requalificação de abrigos de pesca e infraestruturas que assegurem melhores condições de trabalho das comunidades piscatórias, assim como da utilização de artes de pesca mais sustentáveis;
3. Defina para toda a Área Marinha a proibição da prática da aquicultura, bem como da utilização de manchas de empréstimo para alimentação artificial da zona costeira e da imersão de dragados ou outras atividades que possam por em risco a salvaguarda dos bens em presença;
4. Desenvolva mecanismos de fiscalização e de monitorização efetiva do cumprimento das medidas de proteção definidas, por parte de todas as vertentes do processo - pesca, recreio e turismo.

Por considerarmos que a proposta apresentada não reflete as preocupações atrás expostas, o Grupo Intermunicipal da CDU abstêm-se na sua votação.,

Castro Marim 6 de dezembro de 2023

Pelo Grupo Intermunicipal da CDU

José Manuel da Glória Freire de Oliveira

**Sessão Ordinária da
Assembleia Intermunicipal
6 de dezembro**



Doc. 453

Moção

**PELA MELHORIA DA QUALIDADE DA RECOLHA DOS RESÍDUOS
RECICLÁVEIS NO ALGARVE**

Considerando:

1. O gritante mau desempenho da Algar na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos dos 16 Municípios Algarvios;
2. Que este mau desempenho é recorrente, e que se tem vindo a agravar de ano para ano, sobretudo durante os meses de Verão, quando a produção de resíduos quintuplica no Algarve devido à grande afluência de turísticas;
3. Que o desempenho da ALGAR no Algarve não está à altura da Região, e que os Algarvios e os visitantes do Algarve querem que o serviço prestado por esta empresa, seja feito com competência e regularidade, de forma que os recicláveis não se acumulem nos ecopontos, e nas ruas como até aqui tem ocorrido;
4. Que esta empresa tem como acionistas a Empresa Geral do Fomento, SA, com 56% do Capital Social, pertencendo os restantes 44% aos Municípios do Algarve;
5. Que a Algar detém uma concessão em regime exclusivo com termo em 2034, da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos, em regime de serviço público, atribuída através da celebração de um contrato de concessão com o Estado Português;
6. Que apesar das sucessivas promessas por parte da Algar de que o serviço em questão seria melhorado, no passado Verão a recolha não se alterou para melhor, registando-se, pelo contrário, uma degradação do serviço prestado, na maioria dos Municípios Algarvios;
7. Que os Municípios Algarvios enquanto acionistas devem exigir à Algar qualidade nos serviços prestados na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos do Algarve durante todo o ano;
8. Que a Algar apresentou no seu Relatório de Contas de 2022 um Resultado Líquido, positivo, no valor de 1.572.179,91 Euros;



9. Que a Algar deve ter por obrigação o cumprimento das orientações estratégicas dos acionistas, fomentando as melhores práticas no setor para a recolha, tratamento e valorização os resíduos, e primando sempre pela excelência nos serviços prestados;
10. Que os Municípios Algarvios não podem estar a honrar os seus munícipes duas vezes para o mesmo serviço, substituindo-se frequentemente à Algar na recolha dos resíduos recicláveis, serviço já pago através da sua habitual contribuição;

Os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária, na cidade de Castro Marim, no dia 6 de dezembro de 2023, delibere:

- 1- Exigir ao Governo da República, e ao seu Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que tome medidas perante a Algar, no sentido de esta reforçar de forma expressiva os seus meios humanos e materiais, com o objetivo de garantir uma recolha periódica dos ecopontos do Algarve, antes destes atingirem a sua máxima capacidade e durante todo o ano;
- 2- Solicitar à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a efetiva fiscalização da concessão, com a realização de uma auditoria, nomeadamente no que diz respeito à assiduidade e qualidade dos serviços prestado pela Algar na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos do Algarve;
- 3- Solicitar à Algar que em todos os Municípios Algarvios sem exceção, e durante todo o ano, garanta uma recolha periódica dos ecopontos dos recicláveis, com elevado profissionalismo, eficiência, excelência, e sempre antes que estes atinjam a sua capacidade máxima;
- 4- Enviar a presente Moção, depois de aprovada, ao Primeiro Ministro, ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados eleitos pela região, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, à CCDR, à APA, a todas as Assembleias Municipais do Algarve e à comunicação social.

Castro Marim, 6 de dezembro de 2023

Pelos Deputados Intermunicipais do Algarve eleitos pelo PSD

O Líder da Bancada

**Sessão Ordinária da
Assembleia Intermunicipal
6 de dezembro**



*Doc. nº 3
Reformulada
(aditamento
apresentado
pelo bancado
do PS)*

Moção

**PELA MELHORIA DA QUALIDADE DA RECOLHA DOS RESÍDUOS
RECICLÁVEIS NO ALGARVE**

Considerando:

1. O gritante mau desempenho da Algar na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos dos 16 Municípios Algarvios;
2. Que este mau desempenho é recorrente, e que se tem vindo a agravar de ano para ano, sobretudo durante os meses de Verão, quando a produção de resíduos quintuplica no Algarve devido à grande afluência de turísticas;
3. Que o desempenho da ALGAR no Algarve não está à altura da Região, e que os Algarvios e os visitantes do Algarve querem que o serviço prestado por esta empresa, seja feito com competência e regularidade, de forma que os recicláveis não se acumulem nos ecopontos, e nas ruas como até aqui tem ocorrido;
4. Que esta empresa tem como acionistas a Empresa Geral do Fomento, SA, com 56% do Capital Social, pertencendo os restantes 44% aos Municípios do Algarve;
5. Que a Algar detém uma concessão em regime exclusivo com termo em 2034, da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos, em regime de serviço público, atribuída através da celebração de um contrato de concessão com o Estado Português;
6. Que apesar das sucessivas promessas por parte da Algar de que o serviço em questão seria melhorado, no passado Verão a recolha não se alterou para melhor, registando-se, pelo contrário, uma degradação do serviço prestado, na maioria dos Municípios Algarvios;
7. Que os Municípios Algarvios enquanto acionistas devem exigir à Algar qualidade nos serviços prestados na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos do Algarve durante todo o ano;
8. Que a Algar apresentou no seu Relatório de Contas de 2022 um Resultado Líquido, positivo, no valor de 1.572.179,91 Euros;

9. Que a Algar deve ter por obrigação o cumprimento das orientações estratégicas dos acionistas, fomentando as melhores práticas no setor para a recolha, tratamento e valorização os resíduos, e primando sempre pela excelência nos serviços prestados;
10. Que os Municípios Algarvios não podem estar a honrar os seus munícipes duas vezes para o mesmo serviço, substituindo-se frequentemente à Algar na recolha dos resíduos recicláveis, serviço já pago através da sua habitual contribuição;

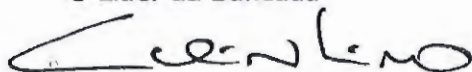
Os representantes do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Intermunicipal do Algarve, vêm propor que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária, na cidade de Castro Marim, no dia 6 de dezembro de 2023, delibere:

- 1- Exigir ao Governo da República, e ao seu Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que tome medidas perante a Algar, no sentido de esta reforçar de forma expressiva os seus meios humanos e materiais, com o objetivo de garantir uma recolha periódica dos ecopontos do Algarve, antes destes atingirem a sua máxima capacidade e durante todo o ano;
- 2- Solicitar à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a efetiva fiscalização da concessão, com a realização de uma auditoria, nomeadamente no que diz respeito à assiduidade e qualidade dos serviços prestado pela Algar na recolha dos recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, nos ecopontos do Algarve;
- 3- Solicitar à Algar que em todos os Municípios Algarvios sem exceção, e durante todo o ano, garanta uma recolha periódica dos ecopontos dos recicláveis, com elevado profissionalismo, eficiência, excelência, e sempre antes que estes atinjam a sua capacidade máxima;
- 4- Recomendar à AMAL que inicie um estudo com vista ao regresso ao controlo público da Algar;
- 5- Enviar a presente Moção, depois de aprovada, ao Primeiro Ministro, ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados eleitos pela região, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, à CCDDR, à APA, a todas as Assembleias Municipais do Algarve e à comunicação social.

Castro Marim, 6 de dezembro de 2023

Pelos Deputados Intermunicipais do Algarve eleitos pelo PSD

O Líder da Bancada

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Quintino".

Eng. Carlos Quintino

Dec 13 4



Sessão da Assembleia InterMunicipal do Algarve de 06/12/2023 em Castro Marim

Moção- “Pela Melhoria da Qualidade da Recolha dos Resíduos Recicláveis no Algarve” Declaração de Voto

Na apreciação desta Moção, apresentada pelo PSD, consideramos que a parte deliberativa necessitava de um conjunto mais alargado de objectivos em relação à situação da ALGAR, nomeadamente:

“A acumulação de lixo nos ecopontos por todo o Algarve é já recorrente. Este Verão voltámos a assistir a essa imagem degradante para a região e perigosa para as populações e a sua qualidade de vida. Esta situação confirma que a privatização da Algar é contrária aos interesses das populações e apenas serve os interesses dos grupos económicos que acumulam lucros com essa actividade, desprezando o serviço público e as necessidades das populações.

Não é admissível que sejam as autarquias a substituir-se à Algar no cumprimento das suas responsabilidades. A solução que se impõe para este problema é a reversão da privatização da Algar e recuperação do controlo público da empresa, a par do investimento na melhoria das condições de recolha e tratamento dos resíduos sólidos recicláveis e esta decisão, não fazia parte da Moção apresentada.

As graves insuficiências na recolha de resíduos recicláveis que com frequência se repetem, em especial na época de Verão com o grande aumento de população no Algarve, não podem ficar sem consequências, por isso o que é necessário e urgente é:
Reconhecer que a privatização da Algar é contrária aos interesses das populações e apenas serve os interesses dos grupos económicos do sector da recolha e tratamento de resíduos urbanos;

Reclamar a reversão da privatização da Algar e a recuperação do controlo público da empresa, acompanhada das medidas correspondentes em todo o sector da recolha e tratamento de resíduos urbanos, a par da realização dos investimentos necessários à prossecução dos objetivos nacionais e regionais para a gestão de resíduos, salvaguardando o ambiente e a qualidade de vida das populações e garantindo a efetiva prestação de serviço público de qualidade.

Assim por estes motivos o Grupo InterMunicipal da CDU absteve-se na Votação desta Moção

Castro Marim, 06 de Dezembro de 2023

Pelo Grupo InterMunicipal

José Manuel Freire de Oliveira



Proposta de Recomendação

Seca no Algarve, Pressão e Soluções**Enquadramento:**

Muito se tem falado, na Região e no País, sobre a situação da Seca, que é cada vez mais recorrente e gravoso. Segundo dados da <https://barragens.pt> de Novembro de 2023, nenhuma albufeira algarvia se encontrava acima da média do seu armazenamento. A situação agrava-se no Barlavento Algarvio onde a Albufeira de Odelouca tinha 24% de armazenamento (face à média de 44%) ou a Albufeira do Arade que tinha 14,9% de armazenamento (face à média de 28,1%). Contudo, o caso mais grave - inclusivamente a nível nacional - é a Albufeira da Bravura com o número muito preocupante de 7,6% (face à média de 52,4%).

Este cenário dantesco coloca-nos perante um problema urgente. A nossa função enquanto responsáveis políticos é, inerentemente, pensar no longo-prazo e, por isso, na sustentabilidade dos recursos. Fruto do crescimento económico que, felizmente, abraça o Algarve, a região continuará a crescer urbanisticamente e populacionalmente, e isso é algo que agrava ainda mais o problema, já de si, urgente. Como se isto não bastasse, o setor da agricultura no Algarve continua - felizmente também - também a crescer, fruto de novas espécies rentáveis que estão a surgir e de espécies mais tradicionais que vão ganhando quota de mercado.

Portanto, na área da gestão da água, é importante tomar decisões já, porque há muito tempo que deviam estar tomadas. O Algarve é uma região com alguma capacidade hídrica subterrânea, mas não deve desbaratar essa reserva. Por isso, deve procurar alternativas de eficiência na utilização de água, bem como procurar outras fontes de água para consumo público, agrícola e industrial. Na eficiência da utilização de água, todos os municípios devem procurar melhorar as suas infraestruturas de distribuição de água para evitar perdas avultadas. Por outro lado, a nível da procura por outras fontes de água, e tendo em conta o estado atual das barragens algarvias, a Juventude Social Democrata e o Partido Social Democrata entende que devemos trabalhar por dois sentidos que devem ser complementares. O primeiro é o de avançar com a central de dessalinização e a segunda é a possibilidade de aproveitar os níveis mais elevados de armazenamento das barragens da bacia do Guadiana no Alentejo para a construção de transvases que possam ajudar as barragens algarvias a terem níveis de armazenamento mais altos.

Em conclusão, a situação da seca também deve ser combatida na forma como fazemos a gestão da água quando existe precipitação. O inverno passado foi um exemplo de como a precipitação pode ser muito inconstante, com longos períodos sem chuva seguidos de períodos curtos mas muito intensos de chuva. Isto coloca-nos desafios a nível de inundações nas cidades mas também da retenção adequada desta água. É por isso mesmo que a Juventude Social Democrata e o Partido Social Democrata entendem que o desenho urbanístico das cidades e vilas algarvias deve sempre ter em conta os cursos de água e outros tipos de espaços de retenção natural de águas, algo que tem sido amplamente negligenciado. Entendemos, por isso, que os municípios devem criar mais bacias de

retenção ou aumentar a capacidade das já existentes, conseguindo assim contribuir para a resolução de dois problemas: a captação de água mas também a redução do risco de cheias.



Recomendações:

Tendo em conta a exposição de motivos anteriormente efetuada a Bancada do Partido Social Democrata à Assembleia Intermunicipal recomenda ao Conselho que:

- a) Intervenha perante o Ministério das Infraestruturas e do Ambiente para a célere construção da central de dessalinização do Algarve, atualmente em consulta pública, acauteladas que estejam todas as questões ambientais inerentes à sua construção;
- b) Pressione o Ministério das Infraestruturas e do Ambiente para o início dos procedimentos para a construção da Barragem da Foupana;
- c) Pressione o Ministério das Infraestruturas e do Ambiente para a o início dos procedimentos para a construção de transvases entre barragens a nível regional e nacional de forma a construir uma rede hídrica nacional;
- d) Em conjunto com todos os Municípios do Algarve seja elaborada uma estratégia regional de combate à seca, com objetivos, metas e penalizações em vista à construção cooperativa de uma rede hídrica de cariz regional, com um maior número de bacias de retenção, transvases entre as mesmas e complementadas com mais espaços verdes;
- e) Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta de recomendação para conhecimento e divulgação à Presidência do Conselho de Ministros, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério do Ambiente, a todos os Grupos Parlamentares à Assembleia da República, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais da Região do Algarve bem como aos órgãos de comunicação social local, regional e nacional e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação da Comunidade Intermunicipal.

Pela Bancada do Partido Social Democrata à Assembleia Intermunicipal,

Assinado por: **CARLOS SÉRGIO FREIRE QUINTINO**
Num. de Identificação: 10093396
Data: 2023.12.04 12:12:06+00'00'





Sessão da Assembleia InterMunicipal do Algarve de 06/12/2023 em Castro Marim
Recomendação- “Seca no Algarve, Pressão e Soluções”
Declaração de Voto

Na apreciação desta recomendação, apresentada pelo PSD, consideramos que a parte deliberativa necessitava de um conjunto mais alargado de objectivos em relação à seca no Algarve, nomeadamente:

O agravamento da situação de seca nos últimos meses e a ausência de perspectivas de precipitação nos tempos mais próximos exigem naturalmente medidas imediatas que conduzam à poupança de água e que devem ser tomadas, não apenas pelas entidades públicas (Estado Central, Autarquias, etc), mas também pelos agentes económicos e pelas populações, cuja sensibilização é essencial. Medidas que devem ter por base critérios de hierarquização do uso da água em condições de seca, que privilegiem a utilização da água para uso humano, a saúde e os serviços públicos, a pequena e média agricultura adaptada às condições do Algarve e ainda o serviço dos ecossistemas. Critérios que não podem ser definidos de forma avulsa e extemporânea.

Perante o agravamento da seca, no sistema de rega de Silves, Lagoa e Portimão, nada foi feito para evitar perdas substanciais de água que em consequência disso poupava-se mais de 250 mil euros em consumo de energia eléctrica, por ano e outras despesas na reparação do canal de transporte de até silves. Para fazer isso, bastava serem abertas duas “torneiras” que foram montadas dia 24 de novembro de 2020, cinco anos depois da conclusão de uma obra que custou mais de 6,5 milhões de euros.

Em resposta a uma Moção aprovada na Assembleia Municipal de Silves, no dia 28 de setembro de 2022, recebida na Assembleia Municipal de Silves em 27 de outubro de 2023, a APA conclui que:

- No atual contexto de seca e escassez, não é possível dar uma resposta positiva ao pretendido, pois iria aumentar a captação de água na albufeira de Odelouca, aumentando o risco de conseguir garantir água para abastecimento público em cerca de metade da região do Algarve no próximo ano.
- Essa ponderação só poderá ser efetuada após a franca recuperação do armazenamento desta albufeira que, na melhor das hipóteses, só poderá ocorrer durante o próximo período húmido.

Está implícito na resposta da APA que a água da albufeira do Odelouca não pode ser utilizada na rega, ora isso foi esclarecido na resposta colocada a Comissão Europeia e 2017. Pode ser utilizada na rega.

Reafirmamos, a necessidade:

- De um forte investimento público em medidas com vista a uma maior capacidade de captação, armazenagem, transporte e poupança de água. Impõe-se medidas capazes de preparar o Algarve para enfrentar situações como a actual, nas próximas décadas e que passam pela construção de barragens, de que é exemplo a construção da barragem da Foupana, articulando-a e interligando-a com o actual sistema Odeleite-Beliche; a modernização e construção de estações de tratamento de águas residuais (para lá das existentes) e com um maior aproveitamento para fins múltiplos destas águas;
- Da manutenção, modernização e expansão das redes assim como a reorganização (interligação) das mesmas;
- Da implementação do controlo e redução de perdas, gerindo caudais e pressões, instalando dispositivos tecnológicos avançados, aumentando a eficiência do sistema da rede pública de água.
- Da implementação de sistemas de rega eficientes, utilizando sistemas tecnológicos de controlo de humidade do solo, assim utilizando somente a água necessária. As grandes infiltrações são desnecessárias, toda a água que ultrapassa em profundidade o alcance das raízes das plantas é desperdício.

Chamamos a atenção para o facto dos investimentos que têm vindo a ser anunciados para o Algarve, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR, bem como, o chamado Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) do Algarve, não garantem a resolução a prazo dos problemas que estão já hoje identificados.

Por último, as opções quanto à utilização da água no Algarve não são indiferentes ao modelo de desenvolvimento que tem vindo a ser imposto à região e que, em diversos domínios, está longe de garantir a sustentabilidade dos recursos.

É neste contexto que se impõe, simultaneamente, a contenção de práticas de exploração agrícola intensiva e superintensiva, bem como, limitar modelos de ocupação do território – onde se inclui a proliferação de campos de golf – que possam por em causa o desenvolvimento sustentável da região. Assim por considerarmos que a Recomendação apresentada não abrangia a maioria das nossas preocupações nesta matéria o Grupo InterMunicipal da CDU optou por uma Abstenção.

Castro Marim, 6 de Dezembro de 2023

Pelo Grupo InterMunicipal da CDU
José Manuel Freire de Oliveira



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL <assembleia-im@amal.pt>

Declarações de Voto - Paulo Baptista PAN - AI AMAL 6.12.2023

1 mensagem

Paulo Baptista <paulobapt9@gmail.com>

11 de dezembro de 2023 às 21.08

Para: ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL <assembleia-im@amal.pt>

Boa noite,

Como combinado seguem as declarações de voto relativamente ao voto contra da proposta de recomendação do PSD "Seca no Algarve, Pressão e soluções", e o voto a favor nas GOP e Orçamento 2024.

DV - Proposta de recomendação do PSD "Seca no Algarve, Pressão e soluções", inserida no PAOD

Sobre esta proposta votámos contra por considerar que existe um "tabu" em cima da mesa de debate. Estamos todos preocupados com a falta de água, mas fala-se muito pouco de algo absolutamente fundamental: a redução dos consumos de água na região naqueles que são os grandes consumos.

Todas as autarquias investiram dinheiro em campanhas de sensibilização para a redução de água para consumo doméstico, como se o ônus dos gastos exagerados de água estivesse nas famílias, criando um sentimento de culpa coletivo nas pessoas. A verdade é que os maiores consumos de água não estão nas nossas casas. E mesmo uma redução do consumo em casa, digamos de 10 ou 15% pouco representa naquele que é o plano maior.

Nos números atuais o Consumo humano, doméstico e comercial, deve representar à volta de 70-80 hectómetros de água / ano, sendo que outros consumos, indústria, golfs e agricultura juntos perfazem cerca de 160 hectómetros, números que são contabilizados muito por baixo já que existe uma grave deficiência na contabilização dos consumos de água subterrânea que provêm de furos. Números dos consumos das barragens, não contemplam furos.

A zona da Quinta do Lago, resort de luxo em almancil, apresenta extrema eficiência na sua estrutura de transporte e distribuição de água, mas é a zona do Algarve com maior consumo de água por habitante: 10 vezes mais que a média, mais de 1000 litros por habitante / dia. Sem contar com os campos de Golf. A solução não passa apenas pela eficiência hídrica, mas também não será encontrada com o transvase do Guadiana, com a barragem na Foupana, ou dessalinizadoras.

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL, feito por investigadores e cientistas e apresentado com muita pompa e circunstância, não apresenta como plano de ação recomendado nenhuma destas soluções políticas que parecem ter sido desenhadas à medida dos milhões do PRR. Nenhuma destas 3 grandes obras, está lá contemplada para ser feita ao dia de hoje e existe uma razão para tal: elas não são eficazes no combate ao problema.

Estamos a deitar muitos milhões de euros fora para remendar um problema que essencialmente precisa de uma revisão na forma como olhamos para a Região e para o futuro.

Precisamos perceber quais são os nossos limites em termos de projetos agrícolas de monoculturas intensiva de altos consumos hídricos e destruidoras do solo agrícola e em termos turísticos. Estamos a viver a crédito de recursos que não temos, criando cenários de mais e mais pressão hídrica, mais e mais pressão sobre os ecossistemas, mais e mais pressão sobre os nossos solos, mais e mais pressão sobre as nossas vidas.

Isto acontece porque os principais decisores políticos da região acreditam numa coisa que não existe: no crescimento infinito.

Os grandes projetos previstos para o Algarve - sejam turísticos ou agrícolas, marinas, entre outros -, direta ou indiretamente, sobre este assunto terão um efeito claro e evidente: o aumento do consumo da água.

Nunca conseguiremos dar resposta real ao problema da falta de água na região se a nossa intenção passa por criar condições para mais e mais consumo.

Estamos a criar uma bolha que quanto mais cresce maiores impactos terá no futuro. Não vai haver água para tanto crescimento. Não vai haver água nem aqui, nem nos rios partilhados com Espanha nem no norte do país. Não podemos exportar os nossos problemas para outras zonas do país ou do planeta que enfrentam os

mesmos desafios futuros. Estas grandes opções apresentadas, não resolvem nada, mascaram o problema e apenas atrasam a apresentação de soluções estruturais e definitivas.

Além disso não podemos resolver o problema da água criando mais pressão sobre os ecossistemas, como no caso da construção da barragem da Foupana ou a dessalinizadora ou de transvases que afetam o caudal do Guadiana, já muito disputado também por Espanha.

Temos o maior desafio das nossas vidas em mãos, a emergência climática e não podemos mudar o que nos está a acontecer fazendo o que sempre fizemos. É esta alteração de paradigma que precisa acontecer e que está ainda muito longe de se verificar.

DV - Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, inserida no ponto 5 do período da ordem do dia.

Optou-se pela votação a favor na generalidade do documento, mesmo tendo em conta a existência de divergências em alguns aspectos. A não aprovação do Orçamento e GOPs implicaria um passo atrás em avanços necessários de políticas estruturantes para o Algarve, tais como as relacionadas com a mobilidade e transportes, tendo agora a AMAL assumido a responsabilidade de Autoridade Regional de Transportes. Devem avançar as políticas relacionadas com a mobilidade sustentável, transporte de passageiros flexível, mobilidade ativa e turismo ciclável.

Noutras áreas, é de realçar o programa regional de ecoturismo, a formação e desenvolvimento social e a gestão dos fundos comunitários, como o Algarve 2030 nos seus eixos estratégicos - "Algarve mais próximo", "Algarve Território Qualificado", "Algarve Território com valor e identidade" -, e no caso do PRR na gestão da redução de perdas de água no consumo urbano.

Acrescente-se a necessidade do contínuo desenvolvimento do PIIAC e dos programas de adaptação territorial às alterações climáticas, a gestão de água de rega em contexto das alterações climáticas, a revitalização de zonas rurais do Algarve e criação de sistemas alimentares locais mais resilientes, a recolha de resíduos bio, a monitorização da execução do plano intermunicipal de gestão de resíduos, o reforço do gabinete florestal e financiamento da brigada de sapadores florestais ou mesmo o centro de competências em Cibersegurança do Algarve e são muitas as razões de força maior para não só não votar contra, como votar favoravelmente e pugnar para que a maioria das ações propostas sejam concretizadas, mantendo claro está o direito e dever legítimo de intervenção crítica sempre que necessário nas particularidades de cada área de atuação, dos planos e dos projetos apresentados.

Alguma dúvida fico ao dispor,

Atentamente,

Paulo Baptista

"Preconceito é opinião sem conhecimento"

Voltaire